



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3700 – [www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br)

## **PREGÃO N. 032/2020**

(PAE n. 5.196/2020)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadoria de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso IV, da Resolução TRESA n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica/STI, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** visando ao **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual prestação de serviços de emissão de certificados digitais pessoa física A3 ICP-Brasil, incluindo o fornecimento do *tokens* criptográficos, e de serviços de visitas técnicas externas para validações *in company*.

A proposta deverá ser registrada no sistema COMPRASNET, por meio do *site* [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará no dia **23 de junho de 2020, às 14 horas**, no mesmo *site*.

A licitação será do tipo **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, pelos Decretos n. 7.174, de 12 de maio de 2010, 7.892, de 23 de janeiro de 2013, 8.538, de 6 de outubro de 2015, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, pela Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral e pela Instrução Normativa SLTI/MPDG n. 3, de 26 de abril de 2018.

### **I. DO OBJETO**

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Projeto Básico / Termo de Referência, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Comprasnet ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)) e as especificações constantes no Projeto Básico / Termo de Referência, deverão ser consideradas as do Projeto Básico / Termo de Referência.

1.1.2. O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

1.1.3. O Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos poderão ser acessados no *site* do TRESA, no seguinte endereço:

- [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br) ("Transparência / Contas Públicas / Licitações / Pregões / 2020").

1.2. O TRESA não se obriga a adquirir item cotado pelo licitante vencedor na quantidade relacionada no Projeto Básico / Termo de Referência, podendo até realizar licitação específica para adquiri-lo, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/1993 e art. 16 do Decreto n. 7.892/2013.

### **II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.1.1. Estejam credenciadas no Ministério da Economia, por meio do *site*

[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), órgão gestor do Sistema Eletrônico “Comprasnet”.

2.1.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.1.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata este subitem seja firmada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 10.8 deste Edital.

2.1.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem 2.1.2.1.

2.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRESP, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.2.1. O TRESP não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

**2.3. Fica vedada a participação, na presente licitação:**

a) de empresa proibida de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, durante o prazo da sanção aplicada; e

b) de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993.

2.4. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de julgamento de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2.4.1. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem 2.4, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.

### **III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO**

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRESP responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

### **IV. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este certame serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública,

exclusivamente para o endereço eletrônico [pregao@tre-sc.jus.br](mailto:pregao@tre-sc.jus.br).

4.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo Sistema Eletrônico e no sítio eletrônico deste Tribunal - [www.tre-sc.jus.br](http://www.tre-sc.jus.br) - e vincularão os participantes e este Tribunal.

4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico indicado no subitem 4.1, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

4.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro, nos autos do procedimento licitatório.

4.2.3. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## **V. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.1. A etapa de que trata o subitem 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

5.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.1.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, nos termos do disposto no subitem 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.5. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no subitem 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

5.1.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.1.7. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no **prazo máximo de 2 (duas) horas** após a solicitação do pregoeiro, nos termos dos subitens 8.1.4 e 10.5 deste Edital.

5.1.8. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

### **5.2. Deverá constar da proposta encaminhada pelo Sistema Comprasnet:**

a) no campo “preço”: **o preço, no VALOR UNITÁRIO (soma dos valores unitários dos três subitens descritos no ANEXO I) do item cotado;**

b) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”: o detalhamento do objeto, quando couber, sem alternativas; e

c) em campo próprio do sistema: a capacidade de fornecimento, que deverá ser igual à

quantidade máxima estimada, constante no Projeto Básico / Termo de Referência.

5.2.1. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital**.

5.2.2. Deverá ser informado, ainda, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, o prazo para garantia do objeto cotado, **se superior a 36 (trinta e seis) meses para os certificados digitais e de 1 (um) ano para a mídia criptográfica**, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente deste Tribunal.

5.2.2.1. Na ausência de discriminação, na proposta, dos prazos a que alude o subitem 5.2.2, considerar-se-á como proposto o prazo de garantia de 36 (trinta e seis) meses para os certificados digitais e de 1 (um) ano para a mídia criptográfica, conforme Projeto Básico / Termo de Referência.

5.2.3. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

**5.2.4. O licitante que tiver ofertado o melhor lance deverá informar o VALOR INDIVIDUAL UNITÁRIO de cada um dos subitens abaixo descritos, nos termos do subitem 8.1.4.1 deste Edital:**

a) prestação de serviço de emissão, com validade por 36 meses, de certificado digital para pessoa física, do tipo A3, padrão ICP-Brasil, instalado em novo token criptográfico a ser fornecido pela Contratada;

b) prestação de serviço de visita técnica externa “in company” de agente da Contratada para realização da validação presencial em qualquer um dos cartórios das zonas eleitorais do TRE/SC;

c) prestação de serviço de visita técnica externa “in company” de agente da Contratada para a realização da validação presencial na Sede do TRE/SC em Florianópolis.

5.2.5. O uso da expressão “ou similar” será considerado alternativa.

5.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

5.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.

5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos de habilitação, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

5.7. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

## **VI. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES**

6.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta pelo pregoeiro no Sistema Eletrônico com a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.1. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

6.3.1. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

6.4. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.4.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

6.4.2. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO** para o item cotado.

6.4.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

6.4.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 0,10 (dez centavos)** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.4.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.5. Nos termos do art. 33 do Decreto n. 10.024/2019, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos, considerando o modo de disputa aberto e fechado.

6.5.1. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.5, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.5.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.5.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.5.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.5.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.5.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.5.2 e 6.5.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.5.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.5.2 e 6.5.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.5.4.

6.5.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.5.5.

6.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, por meio do Sistema Eletrônico.

## VII. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA



7.1. Encerrada a etapa de lances, as **microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas** que tenham ofertado proposta superior em até 5% (cinco por cento) ao lance vencedor, poderão, na ordem de classificação, exercer o **direito de preferência previsto nos artigos 44 da Lei Complementar n. 123/2006 e 34 da Lei n. 11.488/2007**.

7.1.1. Em caso de empate entre valores apresentados por microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, que se encontrem no intervalo estabelecido neste subitem, o sistema realizará, automaticamente, sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência.

7.1.2. O direito de preferência somente se aplica quando o lance vencedor não tiver sido apresentado por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.1.3. Para usufruir do direito de preferência, a empresa deverá ter providenciado o registro de sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007.

7.2. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 7.1, o Sistema Eletrônico informará ao licitante que poderá enviar lance final e único para o item, inferior ao lance vencedor, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

7.2.1. Não sendo apresentado novo lance, serão convocados para ofertarem lance final e único, no mesmo prazo, os demais licitantes que possuírem o direito de preferência previsto no subitem 7.1, na ordem classificatória.

**7.3. Será assegurada preferência na contratação para fornecedores de bens e serviços, nos termos do art. 3º da Lei n. 8.248/1991, regulado pelo art. 5º do Decreto n. 7.174/2010, observada a seguinte ordem:**

I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

III - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

7.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos I, II ou III do subitem 7.3 terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.

7.3.2. Para usufruir da preferência de que trata o subitem 7.3, deverá o licitante informar, quando do registro de sua proposta, em campo próprio do sistema Comprasnet, que seu produto atende os requisitos dos incisos I, II ou III do art. 5º de Decreto n. 7.174/2010.

7.3.3. Para os efeitos do Decreto n. 7.174/2010, consideram-se bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País aqueles cujo efetivo desenvolvimento local seja comprovado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na forma por este regulamentada, comprovado na forma do subitem 7.6 deste Edital.

7.4. O exercício do direito de preferência de que trata o subitem 7.3 será concedido após o encerramento da fase de apresentação das propostas ou lances para o objeto deste Edital, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

I - aplicação das regras de preferência para as microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, dispostas nos subitens 7.1 a 7.2.1 deste Edital;

II - aplicação das regras de preferência previstas no subitem 7.3, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;

III - convocação dos licitantes que estejam enquadrados no subitem 7.3, inciso I, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;

IV - caso a preferência não seja exercida, por qualquer motivo, na forma do inciso III, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no subitem 7.3, inciso II,

na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do subitem 7.3, caso esse direito não seja exercido; e

V - caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento.

7.5. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos dos subitens 7.1 e seguintes, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

7.5.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.6. Caso tenha sido exercido o direito de preferência de que trata o subitem 7.3, incisos I, II ou III, deverá ser comprovado o atendimento ao **Processo Produtivo Básico** e/ou a condição de **produto com tecnologia desenvolvida no País**, mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto n. 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto n. 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

7.6.1. A comprovação de que trata o subitem 7.6, nos termos do parágrafo único do art. 7º do Decreto n. 7.174/2010, poderá ser obtida:

a) por meio de consulta ao *site* do Ministério da Ciência e Tecnologia ([www.mct.gov.br](http://www.mct.gov.br)); ou

b) por meio de consulta ao *site* da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA ([www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)); ou

c) por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA ou por outro órgão ao qual seja legalmente atribuída tal competência, mediante solicitação do licitante.

7.6.2. Em sendo necessário, o Pregoeiro realizará consulta aos *sites* constantes do subitem 7.6.1, alíneas “a” e “b”, e, em não encontrando a comprovação de que trata o subitem 7.6, solicitará, via *chat*, que o licitante encaminhe o documento de que trata o subitem 7.6.1, alínea “c”, durante a Sessão Eletrônica, por meio da opção “**Enviar Anexo**” do Sistema Comprasnet, em **até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactado em único arquivo (.zip).

7.6.2.1. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

7.6.2.2. O não envio dos documentos mencionados na alínea “c” do subitem 7.6.1, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 7.6.2 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 7.6.2.1, ensejará a **DESCCLASSIFICAÇÃO** da proposta.

7.6.2.3. A convocação para envio dos documentos a que se refere o subitem 7.6.2 poderá ocorrer juntamente com a convocação a ser efetuada para o envio da proposta ajustada, conforme subitem 8.1.4 deste Edital.

## VIII. DO JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.2. Se o preço ofertado exceder o valor máximo aceitável para a presente contratação, o Pregoeiro negociará com o licitante, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

8.1.3. O valor máximo aceitável para a contratação (planilha de custos elaborada especificamente para objeto deste certame) será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

8.1.3.1. Os valores apresentados nos Estudos Preliminares não representam o valor máximo aceitável para a presente contratação, pois espelham apenas uma estimativa de preços realizada preliminarmente pela unidade demandante.

8.1.4. A nova proposta deverá ser encaminhada no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, acompanhada, se necessário, de documentos complementares, devidamente adequada ao último valor ofertado após a negociação de que trata o subitem 8.1, sob pena de desclassificação.

8.1.4.1. A nova proposta a que se refere o subitem 8.1.4 deverá conter o **VALOR INDIVIDUAL UNITÁRIO de cada um dos subitens abaixo descritos**, nos termos do subitem 5.2.4 deste Edital:

a) **prestação de serviço de emissão**, com validade por 36 meses, de certificado digital para pessoa física, do tipo A3, padrão ICP-Brasil, instalado em novo *token* criptográfico a ser fornecido pela Contratada;

b) **prestação de serviço de visita técnica externa “in company”** de agente da Contratada para realização da validação presencial em qualquer um dos cartórios das zonas eleitorais do TRE/SC;

c) **prestação de serviço de visita técnica externa “in company”** de agente da Contratada para a realização da validação presencial na Sede do TRE/SC em Florianópolis.

8.1.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, estão aqueles que contenham as características e especificações do objeto ofertado, tais como catálogos, folhetos, *folders*, manuais, *datasheets* e outros documentos que permitam aferir a sua conformidade com as exigências contidas no Projeto Básico / Termo de Referência.

8.2. Encaminhada a proposta ajustada pelo licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro examiná-la-á quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação.

8.3. Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante que ofertou a melhor proposta, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro:

a) fixará prazo para que a empresa apresente amostra do objeto proposto ou declaração expedida pelo fabricante de que o produto cotado possui as características especificadas no Edital, ou, ainda, preste esclarecimentos complementares, como condição necessária para a sua aceitação; e

b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

8.3.1. Caso o licitante que ofertou a melhor proposta seja o fabricante do objeto proposto, a prova de adequação das características indicadas na proposta será feita exclusivamente por meio de apresentação de amostra.

8.3.2. As amostras deverão ser retiradas pelo licitante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de encerramento da Sessão Eletrônica.

8.3.2.1. As amostras não retiradas no prazo fixado no subitem 8.3.2 serão descartadas.

#### **8.4. Será DESCLASSIFICADA a proposta que:**

a) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou

b) apresente condições e/ou especificações conflitantes com as exigidas no Projeto Básico / Termo de Referência; e/ou

c) mantenha o valor individual unitário de cada um dos subitens a que se referem as alíneas do subitem 8.1.4.1 superior ao valor máximo aceitável por este Tribunal; e/ou

d) não comprove, em relação ao equipamento ofertado, o atendimento ao Processo Produtivo Básico e/ou a condição de bem com tecnologia desenvolvida no País que permitiu(iram) o exercício do direito de preferência, quando for o caso; e/ou

e) apresente preço que seja manifestamente inexequível; e/ou

f) não atenda à diligência prevista na alínea "a" do subitem 8.3.

8.4.1. Considera-se preço manifestamente inexequível aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.



8.4.2. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo Pregoeiro, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

- a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecução;
- b) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratações da mesma natureza;
- c) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente; e
- d) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

8.5. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas nos Itens IX e X, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.6. Após a negociação prevista no subitem 8.1 e aceitação da melhor proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos dos Itens IX e X deste Edital.

## **IX. DA CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA HABILITAÇÃO**

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, será verificado o eventual descumprimento das vedações relacionadas no subitem 2.3, por meio de consulta:

- a) ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e eventual infringência à hipótese prevista no subitem 2.3, alínea “b”, e o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades que obstem à participação no certame ou a futura contratação;
- b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br).

9.1.1. As consultas a que se refere o subitem 9.1 serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.

9.1.2. Constatada a existência de penalidade vigente que obste a participação da empresa licitante na licitação, o Pregoeiro procederá à sua eliminação do certame, por falta de condição de participação, reputando-a inabilitada no sistema Comprasnet.

## **X. DA HABILITAÇÃO**

10.1. A habilitação será verificada por meio de consulta on-line ao SICAF e análise da documentação especificada neste Edital.

10.1.1. Nos termos do subitem 5.1, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.2. Para a habilitação nesta licitação, será verificada e/ou exigida documentação referente:

- a) à Habilitação Jurídica de que trata o art. 28 da Lei n. 8.666/1993;
- b) à Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista; e
- c) à Qualificação Técnica exigida neste Edital;
- d) à Qualificação Econômico-Financeira exigida neste Edital;

e) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, cuja declaração será firmada pelo licitante, por meio do campo próprio no sistema Comprasnet, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

10.2.1. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, nos termos dos subitens 5.1 e 10.1.1 deste Edital.

10.3. Em relação à **Qualificação Técnica**, serão exigidos um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto licitado.

10.4. Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, serão exigidos:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.4.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

10.4.2. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

10.4.3. Caso as empresas apresentem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices referentes à situação financeira da empresa [Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)], deverão comprovar o capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor máximo aceitável da contratação.

10.5. Na hipótese de necessidade de envio de documentação complementar à habilitação, na forma do disposto no subitem 5.1.7, quando necessária à confirmação dos documentos exigidos neste Edital, deverá ser encaminhada por meio da opção **"Enviar Anexo"** do sistema Comprasnet, **em até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactados em único arquivo (.zip).

10.5.1. Não serão aceitos documentos com indicação de **CNPJ/CPF** diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5.1.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.5.2. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

10.5.3. O não envio da documentação complementar a que se refere o subitem 10.5, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 10.5 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 10.5.2, ensejará a **INABILITAÇÃO** da empresa.

10.6. Na análise da validade dos documentos de habilitação, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

10.7. Tratando-se de sociedade cooperativa, para fins de habilitação, serão exigidos, ainda, na forma do disposto no subitem 10.5:

- a) relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição;
- b) declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI de cada um dos cooperados relacionados;
- c) comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) comprovante de registro na organização das cooperativas brasileiras ou na entidade estadual, se houver;
- e) documento comprobatório de integração das respectivas quotas-partes pelos cooperados que executarão o contrato;
- f) ata de fundação, estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou, regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que o aprovou e editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e
- g) ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

10.8. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação nesta licitação, nos termos dos Decretos n. 8.538/2015 e 10.024/2019.

10.9. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784/1999.

10.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 10.9, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

## **XI. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

11.1. Conforme disposto no Decreto n. 7.892/2013, as demais empresas licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta vencedora para formação de cadastro de reserva. Para tanto, serão adotados os seguintes procedimentos:

11.1.1. No momento da homologação da licitação, a autoridade competente convocará as licitantes interessadas em fazer parte do cadastro de reserva, informando data e hora para o fim da formação do cadastro.

11.1.2. O sistema enviará e-mail a todos os fornecedores com propostas não recusadas para que eles possam aderir ao Cadastro de Reserva.

11.1.3. Caso seja de seu interesse, o fornecedor deverá clicar em "PARTICIPAR" para registrar sua intenção em participar do cadastro.

11.2. O cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação à empresa licitante melhor classificada.

11.3. Para a aceitabilidade das propostas das empresas licitantes que aceitaram reduzir seus preços, serão observados os critérios definidos no Item VII deste edital.

11.4. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 11.1 será efetuada na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto n. 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 desse mesmo Decreto.

## **XII. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO**

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

12.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

12.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.1.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no subitem 12.1, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

12.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

12.2.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 12.1, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a **ADJUDICAR** o objeto deste certame ao licitante declarado vencedor, propondo à autoridade competente deste Tribunal a homologação da licitação.

### **XIII. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS**

13.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

**13.2. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:**

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

13.2.1. Para os fins do contido na alínea “h” do subitem 13.2, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

13.3. Para os casos não previstos no subitem 13.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto

que não foi executado;

c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

13.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 13.2 e na alínea “e” do subitem 13.3 são de competência do Presidente do TRESC.

13.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega, na execução ou na substituição de item deste Pregão, sujeitará o licitante, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

13.4.1. Relativamente ao subitem 13.4, o atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

13.5. Da aplicação das penalidades previstas nos subitens 13.3, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, e 13.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

13.5.1. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

13.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e” do subitem 13.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

#### **XIV. DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO**

14.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 4.4.90.40, Elemento de Despesa – Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - PJ, Subitem 23 – Emissão de Certificados Digitais.

#### **XV. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR**

15.1. O licitante vencedor ficará obrigado a assinar a Ata de Registro de Preços e, ainda:

15.1.1. durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, fornecer as quantidades indicadas nos contratos emitidos pelo TRESC;

15.1.2. comprovar, no momento da entrega do objeto, se for o caso, a origem do produto importado e a quitação dos tributos de importação a ela referentes, sob pena de rescisão contratual e multa;

15.1.3. entregar os objetos no prazo, nas especificações e nas quantidades constantes neste Termo de Referência, assim como com as características descritas na proposta;

15.1.4. emitir os certificados digitais sob demanda, em qualquer quantitativo demandado no pedido;

15.1.5. substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE/SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos de que trata este item não interromperá a multa por atraso prevista na licitação. Em caso de substituição de produto, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;



- 15.1.6. conferir garantia de adequação dos produtos (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 15.1.7. informar ao Gestor do Contrato os dados de contato de representante ou área da empresa para qual serão encaminhadas e recebidas informações referentes ao controle das emissões e validações presenciais nos pontos ou nos locais de trabalho, visando a ágil e efetiva coordenação da execução dos serviços contratados entre as partes;
- 15.1.8. apresentar ao Gestor do Contrato, tão logo assinada a Ata de Registro de Preços, a relação, contendo o endereço, telefone e horário de funcionamento, dos seus pontos de atendimento no estado de Santa Catarina habilitados a emitir os certificados contratados, sendo obrigatória a existência de ponto, ao menos, na cidade de Florianópolis/SC;
- 15.1.9. informar ao Gestor do Contrato sempre que houver qualquer alteração em sua rede de atendimento no estado de Santa Catarina, tais como, atualização de endereço, telefone, inclusão e exclusão de pontos de atendimento;
- 15.1.10. disponibilizar, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE/SC, a relação de *vouchers* (ou instrumento equivalente) para a realização, pelos servidores, das solicitações de certificados por meio de aplicação web baseada na Internet;
- 15.1.11. disponibilizar aplicação web baseada na Internet, que possibilite ao usuário: a) informar seus dados cadastrais e solicitar a emissão do seu certificado digital pessoa física A3 ICP-Brasil; e b) agendar a data da validação presencial, de dois modos: i) em um dos pontos de atendimento da rede da AC/AR de sua escolha; ii) por meio de “visita externa”, de agente habilitado da Contratada, para validação e emissão no local de trabalho do servidor;
- 15.1.12. conceder acesso ao Gestor do Contrato a aplicação web baseada na Internet, que permita o gerenciamento dos *vouchers* e das emissões realizadas;
- 15.1.13. informar prontamente ao Gestor do Contrato todos os agendamentos e cronogramas de visitas e emissões, para fins de fiscalização e controle da execução contratual;
- 15.1.14. entregar, até o quinto dia útil do mês, via e-mail ao Gestor do Contrato, juntamente com a nota fiscal para faturamento, o relatório mensal de certificados digitais emitidos, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome completo, CPF e data da emissão;
- 15.1.15. disponibilizar Central de Atendimento para abertura e finalização de chamados de suporte técnico, pelo menos no horário das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados. A Central de Atendimento poderá ser acionada por telefone, e-mail e pela Internet. No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Contratante um número único de identificação do chamado;
- 15.1.16. realizar verificação se houve autorização para realização de visita externa para o solicitante, antes da prestação do serviço, ficando o TRE/SC desobrigado do pagamento de qualquer valor relativo a visita externa não autorizada previamente pelo Gestor do Contrato;
- 15.1.17. entrar em contato com o servidor solicitante em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação, a fim de informar as datas e horários disponíveis e agendar a realização da visita técnica para validação e emissão do certificado em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da data da solicitação, caso a aplicação web não seja capaz de informar automaticamente, no momento da solicitação, as datas e horários disponíveis para a visita técnica “in company”;
- 15.1.18. providenciar os equipamentos, os materiais e a infraestrutura - inclusive o acesso à Internet (se necessário) - indispensáveis à realização das validações e emissões dos certificados digitais, sem qualquer ônus para o TRE/SC;
- 15.1.19. arcar com as despesas de transporte, alimentação, hospedagem e quaisquer outras envolvidas na realização da visita técnica do agente para emissão dos certificados digitais;
- 15.1.20. manter ponto de atendimento para emissão/validação dos certificados na cidade de Florianópolis/SC, durante a vigência do registro de preços;
- 15.1.21. prestar garantia do objeto pelo período indicado na proposta ou, na sua ausência, pelos prazos a que se refere o subitem 5.2.2 deste Edital, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do TRESC;
- 15.1.22. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC; e

15.1.23. manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

## **XVI. DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após a entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, que será conferida e atestada pelo setor competente, desde que não haja fator impeditivo imputável ao licitante vencedor.

16.1.1. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais); ou

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total contratado ficar acima de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

16.1.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais); e

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado for superior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

16.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

16.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

16.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESP efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESP os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

16.5. Se ocorrer atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$  (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

$I = 0,0001644$ .

## **XVII. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

17.1. Homologado o resultado da licitação, será celebrada Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, com validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da Ata.

17.1.1. Será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência de classificação do certame, conforme termos constantes da ata da sessão pública, com a finalidade de se formar um cadastro de reserva.

17.2. Na assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata.

17.2.1. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 3 (três) dias úteis, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a Ata, sem prejuízo da aplicação das penalidades aludidas no Item XIII deste Edital.

17.3. Na hipótese de inadimplemento contratual ou cancelamento do registro do primeiro colocado, a Administração poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva para, na ordem de sua classificação e observadas as condições de habilitação, registrarem preços, assinando a Ata de Registro de Preços.

## **VIII. DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO**

18.1. O TRESP fará as aquisições mediante a emissão de contrato.

## **XIX. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

19.1. O TRESP poderá cancelar o Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas no Item XIII deste Edital, em qualquer dos casos a seguir especificados, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

I - quando a Administração tiver presentes razões de interesse público; ou

II - quando o fornecedor:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

c) não aceitar o recebimento da nota de empenho ou do instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; ou

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei n. 8.666/ 1993, ou no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

## **XX. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

20.1. O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis até o término da vigência da Ata, fixada no subitem 17.1.

20.2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

20.2.1. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar ao TRESP a variação dos valores, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

20.2.2. Caso a empresa já tenha recebido a nota de empenho respectiva, para a entrega do produto, e a empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado.

20.3. O TRESP terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

20.3.1. Durante esse período a empresa deverá efetuar as entregas dos pedidos pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRESC. Nesse caso, o TRESC procederá ao reforço dos valores pertinentes aos materiais empenhados após o pedido de revisão.

20.3.2. A empresa obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

## **XXI. DO CONTRATO**

21.1. O contrato que advier do registro de preços objeto da presente licitação terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto n. 10.024/2019.

21.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão e respectiva Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

21.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

21.3.1. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, no prazo de até 3 (três) dias úteis, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades aludidas no Item XIII deste Edital.

21.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

## **XXII. DA RESCISÃO**

22.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

22.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea "c" do subitem 13.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "d" ou "e" do subitem 13.3.

## **XXIII. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

23.1. O Contratante se obriga a promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Gestão de Serviços de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão de eventuais contratações, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, que poderá, ainda, sanar eventuais dúvidas com relação à execução do objeto por meio do telefone (48) 3251-3700, ramal 3820.

23.2. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

23.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/1993, nos termos do art. 12, § 1º, do Decreto n. 7.892/2013.

23.4. A autoridade competente para homologar o presente certame poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

23.5. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico "Comprasnet".

Florianópolis, 8 de junho de 2020.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke  
Coordenadora de Julgamento de Licitações



## **PREGÃO N. 032/2020**

### **MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ARP n. \_\_\_\_\_/2020**

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor, inscrito no CPF sob o n. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_/SC, resolve, nos termos da Lei n. 8.666/1993 e do Decreto n. 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão n. 032/2020, REGISTRAR OS PREÇOS para prestação de serviços de emissão de certificados digitais pessoa física A3 ICP-Brasil, incluindo o fornecimento do *tokens* criptográficos, e de serviços de visitas técnicas externas para validações *in company*, conforme descrito no Projeto Básico / Termo de Referência do Edital Convocatório do Pregão n. 032/2020, da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o n. \_\_\_\_\_.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA
1	Prestação de serviço de emissão, com validade por 36 meses, de certificado digital para pessoa física, do tipo A3, padrão ICP-Brasil, instalado em novo <i>token</i> criptográfico a ser fornecido pela Contratada. <b>Preço unitário:</b> R\$ _____ (_____)	300 unid.
2	Prestação de serviço de visita técnica externa "in company" de agente da Contratada para realização da validação presencial em qualquer um dos cartórios das zonas eleitorais do TRE/SC. <b>Preço unitário:</b> R\$ _____ (_____)	100 unid.
3	Prestação de serviço de visita técnica externa "in company" de agente da Contratada para a realização da validação presencial na Sede do TRE/SC em Florianópolis. <b>Preço unitário:</b> R\$ _____ (_____)	100 unid.

1.2. A quantidade estimada de consumo, de que trata a subcláusula 1.1, será adquirida de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, mediante contrato.

1.3. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em contrato.

1.4. Disponibilizar, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE/SC, a relação de *vouchers* (ou instrumento equivalente) para a realização, pelos servidores, das solicitações de certificados por meio de aplicação web baseada na Internet.

1.4.1. A Contratada deverá entrar em contato com o servidor solicitante em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação, a fim de informar as datas e horários disponíveis e agendar a realização da visita técnica para validação e emissão do certificado em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da data da solicitação, caso a aplicação web não seja capaz de informar automaticamente, no momento da solicitação, as datas e horários disponíveis para a visita técnica "in company".

1.5. Manter ponto de atendimento para emissão/validação dos certificados na cidade de Florianópolis/SC, durante a vigência do registro de preços;

1.6. Apresentar ao Gestor do Contrato, tão logo assinada a Ata de Registro de Preços, a relação, contendo o endereço, telefone e horário de funcionamento, dos seus pontos de atendimento no estado de Santa Catarina habilitados a emitir os certificados contratados, sendo obrigatória a existência de ponto, ao menos, na cidade de Florianópolis/SC.

1.6.1. Informar ao Gestor do Contrato sempre que houver qualquer alteração em sua rede de atendimento no estado de Santa Catarina, tais como, atualização de endereço, telefone, inclusão e exclusão de pontos de atendimento;

1.7. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.8. A presente Ata tem prazo de vigência por 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

1.9. O Contratante se obriga a promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de da Seção de Gestão de Serviços de TI, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão de eventuais contratações, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, que poderá, ainda, sanar eventuais dúvidas com relação à execução do objeto por meio do telefone (48) 3251-3700, ramal 3820.

1.10. O eventual fornecimento, objeto da presente Ata de Registro de Preços, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições do edital do Pregão n. 032/2020, além das disposições constantes da proposta apresentada pelo licitante vencedor, que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste documento, no que não o contrarie.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Florianópolis, .... de ..... de 2020.

---

TRESC

---

EMPRESA

## MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para prestação de serviços de emissão de certificados digitais pessoa física A3 ICP-Brasil, incluindo o fornecimento do *tokens* criptográficos, e de serviços de visitas técnicas externas para validações *in company*, autorizado pelo Senhor \_\_\_\_\_, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. \_\_\_\_ do Procedimento Administrativo Eletrônico n. \_\_\_\_/\_\_\_\_ (Pregão n. 032/2020), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa \_\_\_\_\_, decorrente da Ata de Registro de Preços n. .../2020, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com os Decretos n. 7.174, de 12 de maio de 2010, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, e com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_/SC e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua) \_\_\_\_\_, Senhor(a) \_\_\_\_\_ inscrito(a) no CPF sob o n. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) \_\_\_\_\_, tem entre si ajustado Contrato para prestação de serviços de emissão de certificados digitais pessoa física A3 ICP-Brasil, incluindo o fornecimento do *tokens* criptográficos, e de serviços de visitas técnicas externas para validações *in company*, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com os Decretos n. 7.174, de 12 de maio de 2010, e 10.024, de 20 de setembro de 2019, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, e com o Pregão n. 032/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto prestação de serviços de emissão de certificados digitais pessoa física A3 ICP-Brasil, incluindo o fornecimento do *tokens* criptográficos, e de serviços de visitas técnicas externas para validações *in company*, conforme abaixo detalhado:

**1.1.1. Prestação de serviço de emissão, com validade por 36 meses, de certificado digital para pessoa física, do tipo A3, padrão ICP-Brasil, instalado em novo *token* criptográfico a ser fornecido pela Contratada (ITEM 1).**

#	Requisitos Técnicos
Do certificado digital pessoa física A3 ICP-Brasil	
1.01	Padrão ICP-Brasil, totalmente aderente aos requisitos, instruções normativas e às resoluções da ICP-Brasil e do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.
1.02	Certificado pessoa física tipo A3, com validade de 36 meses a partir da emissão, gerado e armazenado em uma nova mídia criptográfica tipo <i>token</i> USB a ser fornecida sem custo adicional ao TRE/SC.
1.03	Emitido por Autoridade Certificadora (AC) credenciada pela Infraestrutura de

	Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
1.04	Deverá utilizar algoritmos de criptografia e de assinatura digital, bem como tamanho das chaves e <i>hashes</i> conforme padrões definidos pela ICP-Brasil.
1.05	Emitido sob a mais recente e atual hierarquia da ICP-Brasil.
1.06	Importada a cadeia de certificação completa para o <i>token</i> criptográfico USB.
1.07	Suportar uso para assinatura de documentos digitais, mensagens de correio eletrônico e autenticação de cliente.
1.08	A Contratada deverá ser uma Autoridade de Registro (AR) vinculada a Autoridade Certificadora (AC) credenciada pela ICP-Brasil, ou ser a própria Autoridade Certificadora.
1.09	O presente item engloba o respectivo serviço de Autoridade de Registro.
<b>Do token criptográfico</b>	
1.10	Cada certificado deverá ser entregue e instalado em uma nova mídia criptográfica tipo <i>token</i> USB a ser fornecida pela Contratada, sem custo adicional ao TRE/SC.
1.11	Modelo homologado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) ou por Organismo de Certificação de Produtos (OCP) acreditado pelo INMETRO.
1.12	Compatível com o certificado digital cotado, sendo utilizado para a geração do par de chaves criptográficas e armazenamento da chave privada e do certificado.
1.13	Capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias completas de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP-Brasil.
1.14	Conector USB tipo "A", compatível com a versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0).
1.15	Permitir conexão direta USB, sem necessidade de interface intermediária para leitura.
1.16	Suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração on-board do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits.
1.17	Carcaça de material resistente à queda e violação.
1.18	Driver e programa de gerenciamento para os sistemas operacionais Microsoft Windows 7, Microsoft Windows 10 e Linux.
1.19	Suporte às APIs Microsoft CAPI e PKCS#11.
1.20	Proteger o acesso ao dispositivo por PIN (Personal Identification Number) de, no mínimo, 6 (seis) caracteres alfanuméricos.
1.21	Armazenar chaves privadas em repositório de dados próprio, controlado pela solução.
1.22	Permitir o desbloqueio do PIN do <i>token</i> mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key).
1.23	Implementar troca obrigatória da senha padrão no primeiro acesso.
1.24	O <i>software</i> de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma Português do Brasil e deve permitir: a) gerenciamento do dispositivo; b) exportação de certificados armazenados no dispositivo; c) importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315; d) importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo; e) visualização de certificados armazenados no dispositivo; f) remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular; g) reutilização de dispositivos bloqueados, através de apagamento total dos dados e geração de nova senha de acesso.
1.25	As mídias <i>token</i> deverão ser novas, não recondicionadas, de primeiro uso e não deverão conter marcas, amassados, arranhões ou outras avarias e, ainda, serem entregues em pleno estado de funcionamento.
<b>Da validação e emissão</b>	
1.26	Por validação entende-se o momento – que compõe o processo de emissão do

	certificado digital – quando é verificada e confirmada a identidade da pessoa física, conferida a documentação obrigatória legalmente exigida e realizada a coleta dos dados biométricos.
1.27	É obrigatória, no momento da validação, a realização de coleta das informações biográficas e biométricas do solicitante, esta última de acordo com as normas da ICP-Brasil, sendo que todos os dados coletados deverão ser mantidos em sigilo na Autoridade Certificadora e no Prestador de Serviço Biométrico (PSBio).
1.28	Por padrão, a validação ocorrerá na forma presencial, sem custo adicional ao TRE/SC, em um dos pontos de atendimento da rede da AC/AR, salvo se houver contratação, pelo TRE/SC, do ITEM 2 ou do ITEM 3, relativos a visita técnica “in company” para validação no cartório eleitoral (ITEM 2) ou na Sede do TRE/SC (ITEM 3), para o servidor solicitante.
1.29	O Gestor do Contrato informará, após o recebimento pela Contratada do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE/SC, a relação dos servidores que receberão visitas externas “in company”, por meio da contratação, pelo TRE/SC, do ITEM 2 e/ou do ITEM 3 deste Termo de Referência.
1.30	Somente os servidores presentes na relação enviada pelo Gestor do Contrato terão direito a receberem visitas externas “in company”, devendo a Contratada realizar a verificação antes da prestação do serviço de visita externa, ficando o TRE/SC desobrigado do pagamento de qualquer valor relativo a visita externa não autorizada previamente pelo Gestor do Contrato.
1.31	A Contratada deverá disponibilizar, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE/SC, a relação de vouchers (ou instrumento equivalente) para a realização, pelos servidores, das solicitações de certificados por meio de aplicação web baseada na Internet.
1.32	A Contratada deverá conceder acesso, ao Gestor do Contrato, a aplicação web baseada na Internet, que permita o gerenciamento dos vouchers e das emissões realizadas.
1.33	A Contratada deverá disponibilizar aplicação web baseada na Internet, que possibilite ao usuário: a) informar seus dados cadastrais e solicitar a emissão do seu certificado digital pessoa física A3 ICP-Brasil; e b) agendar a data da validação presencial, optando por: i) realizar a validação em um dos pontos de atendimento da rede da AC/AR de sua escolha; ou, ii) realizar a validação presencial no seu local de trabalho, por meio de visita externa “in company” de agente habilitado da Contratada para validação e emissão do certificado.
1.34	Caso o servidor opte pela realização da validação presencial em ponto de atendimento da rede da AC/AR, a aplicação web deverá informar as datas e horários disponíveis para o atendimento, permitindo o agendamento da data e horário escolhidos pelo servidor, em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da data da solicitação.
1.35	Caso o servidor informe que a validação presencial será no local de trabalho (visita técnica “in company”), a aplicação web deverá informar as datas e horários disponíveis para o atendimento, permitindo o agendamento da data e horário escolhidos pelo servidor. Caso a aplicação não tenha condições de informar, no momento da solicitação, automaticamente, as datas e horários disponíveis para atendimento no local de trabalho do servidor, a aplicação deverá efetivar a solicitação e a Contratada deverá entrar em contato com o servidor solicitante em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação, a fim de informar as datas disponíveis e agendar a realização da visita técnica para validação e emissão do certificado em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da data da solicitação.
1.36	Cada ponto de atendimento deverá estar plenamente apto a realizar a validação presencial, assegurando-se da existência de mídia criptográfica para possibilitar a emissão do certificado digital na data agendada pelo usuário.
1.37	É obrigatória a existência de ponto de atendimento presencial para validação na cidade de Florianópolis/SC.

#### 1.1.2. Prestação de serviço de visita técnica externa “in company” de agente da



**Contratada para realização da validação presencial em qualquer um dos cartórios das zonas eleitorais do TRE/SC (ITEM 2).**

#	Requisito Técnico
<b>Visita técnica externa “in company” a ser realizada em cartório eleitoral do TRE/SC</b>	
1.01	Compreende a contratação de serviço <u>adicional</u> para deslocamento de agente habilitado da Contratada a <u>qualquer um</u> dos endereços relacionados na Tabela 1 apresentada a seguir, para a realização dos procedimentos de validação e emissão de certificados digitais.
1.02	O presente item trata, tão somente, da prestação de serviço de visita externa para validação “in company” e sempre será contratado em conjunto com as respectivas unidades do Item 1 (certificados). Assim, o valor unitário deste item não deverá englobar o valor unitário do certificado, de modo a não haver duplicação de pagamento para o mesmo objeto.
1.03	O preço cotado para este item deverá ser único para todos os endereços da Tabela 1, ou seja, o preço da visita técnica deverá ser o mesmo, qualquer que seja a localização do cartório onde haverá a prestação do serviço de validação e emissão de certificado digital.
1.04	As visitas técnicas deste item ocorrerão nos endereços dos cartórios eleitorais, e serão realizadas dentro do horário de expediente do cartório eleitoral.
1.05	A relação dos endereços dos cartórios apresentada na Tabela 1 apresentada a seguir não pressupõe a realização de visitas e emissões em todas as zonas eleitorais listadas. As visitas ocorrerão somente nos cartórios onde houver demanda por certificado digital.
1.06	A visita externa “in company” a ser realizada no mesmo endereço poderá ser aproveitada para a realização de mais de uma validação e emissão de certificados digitais, independentemente se os servidores são do mesmo cartório/zona eleitoral, conforme quantidade previamente solicitada, até o limite de 10 (dez) validações e emissões por visita.
1.07	Como exemplo, caso 1 (um) servidor do cartório eleitoral da 26ª ZE – Rio do Sul e 1 (um) servidor do cartório eleitoral da 102ª ZE – Rio do Sul necessitem de novos certificados, porém não exista ponto de atendimento da AC/AR na região, o TRE/SC faria pedido de 2 (duas) unidades do Item 1 (certificados) e de apenas 1 (uma) unidade do Item 2 (visita técnica “in company” em cartório eleitoral), vez que ambos trabalham no mesmo endereço.
1.08	A visita técnica “in company” deverá ocorrer em um prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da solicitação, pelo usuário, da emissão do certificado digital no sistema web.
1.09	O agente da empresa Contratada deverá comparecer no endereço com antecedência adequada ao início das atividades de emissão dos certificados para realização das configurações necessárias em seus equipamentos.
1.10	A eventual necessidade de utilização de equipamentos e acessórios de informática, necessários à realização de todas as atividades de validação e emissão dos certificados, deverá ser suprida pela Contratada.
1.11	Não será permitida a inclusão do computador da empresa Contratada na rede do TRE/SC e também não será permitida a utilização de qualquer equipamento do TRE/SC.
1.12	O TRE-SC não garantirá acesso à Internet no momento da visita técnica no cartório eleitoral.
1.13	Na impossibilidade de comparecimento do servidor no período programado, o serviço de visita será considerado prestado e a visita poderá ser reagendada.

**TABELA 1 – Relação dos endereços dos cartórios das zonas eleitorais do TRE/SC:**

Zona Eleitoral	Município-Sede	Endereço
----------------	----------------	----------

71	Abelardo Luz	Av. Pe. João Smedt, 1274 - 89830-000
52	Anita Garibaldi	Av. Eduardo Salmoria 485 - 88590-000
1	Araranguá	Av. Cel. João Fernandes, 1234 - 88905-478
56	Balneário Camboriú	R. 2850, 470, Ed. San Salvatore - 88330-363
103	Balneário Camboriú	R. 2850, 470, Ed. San Salvatore - 88330-363
68	Balneário Piçarras	Av. Getúlio Vargas, 123 - 88380-000
2	Biguaçu	R. Hermógenes Prazeres, 277 - 88160-152
3	Blumenau	Praça Victor Konder, 60, Centro - 89010-150
88	Blumenau	Praça Victor Konder, 60, Centro - 89010-150
4	Bom Retiro	R. Anita Garibaldi, 343, sala 1 - 88680-000
44	Braço do Norte	R. Bernardo Locks, 148, sala 208 - 88750-000
5	Brusque	R. Humberto Mattioli, 78 - 88350-140
86	Brusque	R. Humberto Mattioli, 78 - 88350-140
6	Caçador	R. Victor Baptista Adami, 919, sala 1 - 89500-196
69	Campo Erê	R. Osvaldo Dário Dall'igna, 794, Sala 2 - 89980-000
7	Campos Novos	R. Cel. Farrapo, 428 - 89620-000
8	Canoinhas	R. Marechal Floriano, 959 - 89460-166
37	Capinzal	R. Narciso Barison, 171 - 89665-000
35	Chapecó	Av. Nereu Ramos, 1841/E, Centro - 89805-018
94	Chapecó	Av. Nereu Ramos, 1841/E, Centro - 89805-018
9	Concórdia	R. Ângelo Ari Biezu, 69, Térreo - 89700-194
90	Concórdia	R. Ângelo Ari Biezu, 69, Térreo - 89700-194
10	Criciúma	Av. Getulio Vargas, 361, Palácio do Estado - 88801-500
92	Criciúma	Av. Getulio Vargas, 361, Palácio do Estado - 88801-500
98	Criciúma	Av. Getúlio Vargas, 361, Palácio do Estado - 88801-500
11	Curitibanos	Av. Adv. Sebastiao Calomeno, 140 - 89520-000
50	Dionísio Cerqueira	Av. Santa Catarina, 218 - 89950-000
12	Florianópolis	Av. Rio Branco, 797 - 88015-203
13	Florianópolis	Av. Rio Branco, 797 - 88015-203
100	Florianópolis	Av. Rio Branco, 797 - 88015-203
77	Fraiburgo	R. Albano Burguer, 45, sala 3 - 89580-000
64	Gaspar	R. Jackceia de Andrade, 66 - 89114-820
60	Guaramirim	R. 28 de Agosto, 2000 - 89270-000
14	Ibirama	R. Dr. Getúlio Vargas, 560, Térreo - 89140-000
79	Içara	R. Vitória, 201, Centro - 88820-000
62	Imaruí	R. Antonio Bittencourt Capanema, S/N - 88770-000
73	Imbituba	Av. Santa Catarina, 186 - 88780-000
15	Indaial	R. Mar. Floriano Peixoto, 35, sala 10 - 89080-063
38	Itaiópolis	R. Carril Pflanzner, 69 - 89340-000
16	Itajaí	Av. José Eugênio Muller, 406 - 88303-170
97	Itajaí	Av. José Eugênio Muller, 406 - 88303-170

91	Itapema	Av. Nereu Ramos, 1180 - 88220-000
65	Itapiranga	R. São Bonifácio, 280, Ed. Peperi, Térreo - 89896-000
39	Ituporanga	R. Major Generoso, 45, Térreo - 88400-000
17	Jaraguá do Sul	R. Angelo Schiochet, 90 - 89251-520
87	Jaraguá do Sul	R. Angelo Schiochet, 90 - 89251-520
18	Joaçaba	Av. XV de Novembro, 12, sala 02 - 89600-000
85	Joaçaba	Av. XV de Novembro, 12, sala 02 - 89600-000
19	Joinville	R. Jaguaruna, 38 - 89201-450
76	Joinville	R. Jaguaruna, 38 - 89201-450
95	Joinville	R. Jaguaruna, 38 - 89201-450
96	Joinville	R. Jaguaruna, 38 - 89201-450
105	Joinville	R. Jaguaruna, 38 - 89201-450
21	Lages	Av. Belizário Ramos, 3800, Bloco B - 88502-100
93	Lages	Av. Belizário Ramos, 3800, Bloco B - 88502-100
104	Lages	Av. Belizário Ramos, 3800, Bloco B - 88502-100
20	Laguna	R. Cel. Fernandes Martins, 470 - 88790-000
22	Mafra	Av. Cel. José Severiano Maia, 548 - 89300-000
58	Maravilha	Av. Anita Garibaldi, 1012, Sala 01 - 89874-000
83	Modelo	R. XV de Novembro, 476 - 89872-000
106	Navegantes	R. Anibal Gaya, 525 - 88370-474
23	Orleans	R. Antônio S. Cascaes, 140 - 88870-000
24	Palhoça	R. Najla Carone Guedert, 951 - 88132-150
41	Palmitos	R. Visconde do Rio Branco, 932, sala 2 - 89887-000
81	Papanduva	R. Nereu Ramos, 2983, Salas 10/11 - 89370-000
66	Pinhalzinho	Av. Capitão Anizio, 1037 - 89870-000
55	Pomerode	R. XV de Novembro, 700, Fórum Estadual - 89107-000
63	Ponte Serrada	Av. XV de Novembro, 86, sala 2 - 89683-000
25	Porto União	R. Matos Costa, 344 - 89400-000
78	Quilombo	Av. Ernesto Bertaso, 1300, sala 5 - 89850-000
26	Rio do Sul	R. Julio Roussenq Filho, 265 - 89160-000
102	Rio do Sul	R. Júlio Roussenq Filho, 265 - 89160-000
74	Rio Negrinho	R. Prefeito Hugo Fischer, 242, Térreo - 89295-000
51	Santa Cecília	Av. XV de Novembro, Esq. Antonio Medeiros - 89540-000
67	Santo Amaro da Imperatriz	R. Pedro Mansur Elias, 25 - Sala 01 - 88140-000
30	São Bento do Sul	R. Henrique Schwarz, 554, sala 4 - 89280-115
70	São Carlos	R. La Salle, 228, Centro - 89885-000
27	São Francisco do Sul	R. Barão do Rio Branco, 377, sala 300 - 89240-000
53	São João Batista	R. Ex-Combatente Narciso Cim, 92, Térreo - 88240-000
28	São Joaquim	R. Boanerges Pereira de Medeiros, 13 - 88600-000

29	São José	Av. Beira-Mar São José, esq. Luiz Fagundes - 88103-500
84	São José	Av. Beira-Mar São José, esq. Luiz Fagundes - 88103-500
49	São Lourenço do Oeste	R. Rui Barbosa, 830, Térreo - 89990-000
45	São Miguel do Oeste	R. Marquês Herval, 977 - 89900-000
82	São Miguel do Oeste	R. Marquês Herval, 977 - 89900-000
61	Seara	R. Sétimo Casarotto, 98, Sala 2 - 89770-000
54	Sombrio	R. Santo Antônio, 204 - 88960-000
46	Taió	R. Padre Eduardo, 600 - 89190-000
47	Tangará	Av. Irmãos Piccoli, 220, salas 106/107 - 89642-000
31	Tijucas	R. Alexandre Ternes Neto, 144 - 88200-000
32	Timbó	Travessa Heinrich Eilers, 172 - 89120-000
57	Trombudo Central	R. Getúlio Vargas, 411 - 89176-000
33	Tubarão	Av. Marcolino Martins Cabral, 1315 - 88701-000
99	Tubarão	Av. Marcolino Martins Cabral, 1315 - 88701-000
42	Turvo	R. Afonso Colodel, 19, sala 2 - 88930-000
34	Urussanga	R. Vidal Ramos, 159, sala 1 - 88840-000
36	Videira	R. Saul Brandalise, 1531 - 89560-290
43	Xanxerê	Travessa Ernesto Carmelli, 55, sala 1 - 89820-000
48	Xaxim	R. Rio Grande, 653 - 89825-000

**1.1.3. Prestação de serviço de visita técnica externa “in company” de agente da Contratada para realização da validação presencial na Sede do TRE/SC em Florianópolis/SC (ITEM 3).**

#	Requisito Técnico
<b>Visita técnica externa “in company” a ser realizada na Sede do TRE/SC</b>	
1.01	Compreende a contratação de serviço adicional para deslocamento de agente habilitado da Contratada à Sede do TRE/SC na cidade de Florianópolis/SC, para a realização dos procedimentos de validação e emissão de certificados digitais.
1.02	O presente item trata, tão somente, da prestação de serviço de visita externa para validação “in company” e sempre será contratado em conjunto com as respectivas unidades do Item 1 (certificados). Assim, o valor unitário deste item não deverá englobar o valor unitário do certificado, de modo a não haver duplicação de pagamento para o mesmo objeto.
1.03	As visitas técnicas deste item ocorrerão na Sede do TRE/SC em Florianópolis/SC, localizada na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, CEP 88015-130, e serão realizadas dentro do horário de expediente da Sede.
1.04	A visita externa “in company” a ser realizada na Sede do TRE/SC poderá ser aproveitada para a realização de mais de uma validação e emissão de certificados digitais, conforme quantidade previamente solicitada, até o limite de 10 (dez) validações e emissões por visita.
1.05	Como exemplo, caso 2 (dois) servidores da Sede necessitem de novos certificados, porém não podem ser ausentar do local de trabalho, o TRE/SC poderá fazer pedido de 2 (duas) unidades do Item 1 (certificados) e de apenas 1 (uma) unidade do Item 3 (visita técnica “in company” na Sede do TRE/SC), vez que ambos trabalham no mesmo endereço.
1.06	A visita técnica “in company” deverá ocorrer em um prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da solicitação, pelo usuário, da emissão do certificado

	digital no sistema web.
1.07	O agente da empresa Contratada deverá comparecer à Sede do TRE/SC com antecedência adequada ao início das atividades de emissão dos certificados para realização das configurações necessárias em seus equipamentos.
1.08	A eventual necessidade de utilização de equipamentos e acessórios de informática, necessários à realização de todas as atividades de validação e emissão dos certificados, deverá ser suprida pela Contratada.
1.09	Não será permitida a inclusão do computador da empresa Contratada na rede do TRE/SC e também não será permitida a utilização de qualquer equipamento do TRE/SC.
1.10	O TRE-SC não garantirá acesso à Internet no momento da visita técnica.
1.11	Na impossibilidade de comparecimento do servidor no período programado, o serviço de visita será considerado prestado e a visita poderá ser reagendada.

### PARÁGRAFO ÚNICO

A prestação dos serviços e o fornecimento dos produtos obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 032/2020, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e da Ata de Registro de Preços n. .../2020, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pela prestação dos serviços e fornecimento dos produtos objeto deste Contrato:

2.1.1. referente ao item descrito na subcláusula 1.1.1, o valor unitário de R\$ \_\_\_\_\_;

2.1.2. referente ao item descrito na subcláusula 1.1.2, o valor unitário de R\$ \_\_\_\_\_; e

2.1.3. referente ao item descrito na subcláusula 1.1.3, o valor unitário de R\$ \_\_\_\_\_.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O presente Contrato terá vigência da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

### CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, **desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.**

5.1.1. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais); ou

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total contratado ficar acima de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

5.1.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:



a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais); e

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado for superior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

5.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

5.5. Se ocorrer **atraso de pagamento** provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$  (ou seja, taxa anual/100/365dias).

$I = 0,0001644$ .

## CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 4.4.90.40, Elemento de Despesa – Serviços de tecnologia da Informação e Comunicação - PJ, Subitem 23 – Emissão de Certificados Digitais.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO EMPENHO DA DESPESA

7.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2020NE000\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), para a realização da despesa.

## CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O Contratante se obriga a:

8.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Quinta deste Contrato;

8.1.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Gestão de Serviços de TI do TRESC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

8.1.3. efetuar o recebimento definitivo no prazo fixado na subcláusula 5.1.1.

## CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada ficará obrigada a:

9.1.1. fornecer o objeto proposto nas condições estipuladas na proposta;

9.1.2. comprovar, no momento da entrega do objeto, se for o caso, a origem do produto importado e a quitação dos tributos de importação a ele referentes, sob pena de rescisão contratual e multa;

9.1.3. entregar os objetos no prazo, nas especificações e nas quantidades constantes neste Contrato, assim como com as características descritas na proposta;

9.1.4. substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE/SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade. Estando em mora a Contratada, o prazo para substituição dos produtos de que trata este item não interromperá a multa por atraso prevista na licitação. Em caso de substituição de produto, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;

9.1.5. conferir garantia de adequação dos produtos (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste Contrato;

9.1.6. informar ao Gestor do Contrato os dados de contato de representante ou área da empresa para qual serão encaminhadas e recebidas informações referentes ao controle das emissões e validações presenciais nos pontos ou nos locais de trabalho, visando a ágil e efetiva coordenação da execução dos serviços contratados entre as partes;

9.1.7. disponibilizar, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE/SC, a relação de *vouchers* (ou instrumento equivalente) para a realização, pelos servidores, das solicitações de certificados por meio de aplicação web baseada na Internet;

9.1.8. disponibilizar aplicação web baseada na Internet, que possibilite ao usuário: a) informar seus dados cadastrais e solicitar a emissão do seu certificado digital pessoa física A3 ICP-Brasil; e b) agendar a data da validação presencial, de dois modos: i) em um dos pontos de atendimento da rede da AC/AR de sua escolha; ii) por meio de "visita externa", de agente habilitado da Contratada, para validação e emissão no local de trabalho do servidor;

9.1.9. conceder acesso ao Gestor do Contrato a aplicação web baseada na Internet, que permita o gerenciamento dos *vouchers* e das emissões realizadas;

9.1.10. informar prontamente ao Gestor do Contrato todos os agendamentos e cronogramas de visitas e emissões, para fins de fiscalização e controle da execução contratual;

9.1.11. disponibilizar Central de Atendimento para abertura e finalização de chamados de suporte técnico, pelo menos no horário das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, de segunda à sexta-feira, exceto feriados. A Central de Atendimento poderá ser acionada por telefone, e-mail e pela Internet. No momento de abertura do chamado, deverá ser fornecido à Contratante um número único de identificação do chamado;

9.1.12. realizar verificação se houve autorização para realização de visita externa para o solicitante, antes da prestação do serviço, ficando o TRE/SC desobrigado do pagamento de qualquer valor relativo a visita externa não autorizada previamente pelo Gestor do Contrato;

9.1.13. entrar em contato com o servidor solicitante em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação, a fim de informar as datas e horários disponíveis e agendar a realização da visita técnica para validação e emissão do certificado em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis a partir da data da solicitação, caso a aplicação web não seja capaz de informar automaticamente, no momento da solicitação, as datas e horários disponíveis para a visita técnica "in company";

9.1.14. providenciar os equipamentos, os materiais e a infraestrutura - inclusive o acesso à Internet (se necessário) - indispensáveis à realização das validações e emissões dos certificados digitais, sem qualquer ônus para o TRE/SC;

9.1.15. arcar com as despesas de transporte, alimentação, hospedagem e quaisquer outras envolvidas na realização da visita técnica do agente para emissão dos certificados digitais;

9.1.16. prestar garantia aos produtos e a todos os seus componentes pelo período de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses para os certificados digitais e de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) ano para a

mídia criptográfica, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente do TRESC;

9.1.17. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante; e

9.1.18. manter, durante a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 032/2020.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

**10.2. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o contratado que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:**

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

10.3. Para os casos não previstos na subcláusula 10.2, poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.3.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 10.2 e na alínea “e” da subcláusula 10.3 são de competência do Presidente do TRESC.

10.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega, na execução ou na substituição do objeto deste contrato sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

10.4.1. Relativamente à subcláusula 10.4, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados inexecução total do contrato.

10.5. Da aplicação das penalidades definidas nas subcláusulas 10.3, alíneas “a”, “b”, “c” e

“d”, e 10.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

10.5.1. O(s) recurso(s) será(ão) dirigido(s) ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo(s), devidamente informado(s), ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e” da subcláusula 10.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

11.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea “c” da subcláusula 10.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas “d” ou “e” da subcláusula 10.3.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

12.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADA: \_\_\_\_\_

## PREGÃO N. 032/2020

### ANEXO I

#### RELAÇÃO DE ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANT.	UNIDADE
1	Prestação de serviço de emissão, com validade por 36 meses, de certificado digital para pessoa física, do tipo A3, padrão ICP-Brasil, instalado em novo <i>token</i> criptográfico a ser fornecido pela Contratada.	300	unidade
	Prestação de serviço de visita técnica externa "in company" de agente da Contratada para realização da validação presencial em qualquer um dos cartórios das zonas eleitorais do TRE/SC.	100	unidade
	Prestação de serviço de visita técnica externa "in company" de agente da Contratada para a realização da validação presencial na Sede do TRE/SC em Florianópolis.	100	unidade

**Observação:** Demais especificações conforme Projeto Básico / Termo de Referência.